



EXERCÍCIO 1994

RELATÓRIO DE GESTÃO

E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1994

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
SÚMULA DOS FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	4
ACTIVIDADE COMERCIAL	4
ACTIVIDADE DE MARKETING	4
RECURSOS HUMANOS	4
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	5
EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	5
Financiamento	5
Investimento	6
Realização económica e financeira	6
CONSIDERAÇÕES FINAIS	7
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	8
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	9
BALANÇO ANALÍTICO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1994	10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	12
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 44 12.31	14
DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	23
CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS	25
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO FISCAL	26
EXTRACTO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	27

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
SÚMULA DOS FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO	4
ACTIVIDADE COMERCIAL	4
ACTIVIDADE DE MARKETING	4
RECURSOS HUMANOS	4
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	5
EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	5
Financiamento	5
Investimento	6
Realização económica e financeira	6
CONSIDERAÇÕES FINAIS	7
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	8
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	9
BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	12
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 94.12.31	14
DOCUMENTOS DE APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO	23
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	25
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	26
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	27



Senhores Accionistas:

Dando cumprimento ao estabelecido, submetemos à aprovação de V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 1994.

SÚMULA DOS FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Na conclusão do seu quinto exercício da actividade a ECONOLER, S.A. apresenta-se com um volume de actividade estabilizado ao nível das previsões efectuadas aquando do seu início de actividade e ultrapassando largamente o volume de actividade das outras empresas concorrentes.

ACTIVIDADE COMERCIAL

A actividade comercial no ano de 1994 foi essencialmente orientada para a concretização de mais dois contratos de cogeração Diesel semelhantes aos três projectos já em fase de gestão, dado este tipo de projectos ser, nas condições económicas actuais, o de maior rentabilidade e de menor risco, atendendo às estreitas ligações entre o preço do fuelóleo pesado utilizado por estas instalações e o preço médio da electricidade fornecida pelo Sistema Electroprodutor.

Na sequência das diligências iniciadas desde o primeiro semestre de 1993 foi assinado no decurso do primeiro semestre deste exercício o contrato de financiamento do Projecto de Cogeração Diesel para a firma CIREs, Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S.A., com um Custo Total de Realização de 864 891 218\$00.

Atendendo a que o projecto já se encontrava em fase avançada de realização pelo Cliente à data de assinatura do contrato, a entrada em gestão teve lugar no início do mês de Agosto de 1994.

Ainda no decurso do exercício foi possível assinar no segundo semestre um novo contrato com JOSÉ MACHADO DE ALMEIDA, LDA, para a realização de um Projecto de Cogeração Diesel para a sua fábrica de Paderne, tendo o contrato de financiamento sido assinado em 28 de Dezembro e tendo nessa mesma data sido dado início à realização do projecto através da adjudicação do equipamento principal, prevendo-se a entrada em operação em Julho de 1995.

ACTIVIDADE DE MARKETING

Não obstante o interesse ainda verificado pelos projectos de cogeração Diesel, a atenção da empresa tem-se orientado para novos campos de elevado potencial futuro, entre os quais se destacam as possíveis aplicações do gás natural e da utilização de bombas de calor, secagem por rádio-frequência e de chillers de absorção, cuja utilização pode dar origem a projectos adequados ao Financiamento por Terceiros, nomeadamente na Indústria Hoteleira e Hospitalar.

Alguns destes tipos de projecto deram já origem a contactos promissores, que serão aprofundados no decurso do exercício de 1995.

RECURSOS HUMANOS

Atendendo à colaboração estreita mantida com o accionista PROTERMIA no domínio dos projectos de cogeração, a ECONOLER tem podido desenvolver a sua actividade com um número de efectivos extremamente reduzido, situação que no entanto terá de ser progressivamente adequada ao tipo e número de projectos em realização e gestão, de modo a permitir assegurar um acompanhamento de todas as situações, sem prejuízo das necessárias acções de promoção

de novas possibilidades de realização de projectos.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

No sentido de manter a posição de liderança adquirida no Sector, a ECONOLER S.A. tem mantido uma participação colaborante em todas as acções realizadas em Portugal sobre projectos de Utilização Racional de Energia, participando activamente, sempre que possível nas próprias acções, quer através da apresentação de comunicações, quer através da divulgação das suas actividades.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Financiamento

Política de financiamento

Atendendo à vida ainda curta da empresa e tendo os primeiros projectos entrado em fase de gestão em 1992, durante o terceiro exercício a política de financiamento tem-se baseado em operações individualizadas por projecto, apoiadas por um seguro do montante em dívida no fim do período contratual. Até ao presente e dada a fase inicial da vida da empresa, tem sido necessário apoiar esses financiamentos por cartas de conforto dos accionistas maioritários, situação que se pretende ultrapassar para os próximos projectos, atendendo à evolução da situação financeira da empresa.

Embora sejam normalmente oferecidos financiamentos pelos fornecedores, particularmente para a componente externa, atendendo a que estes financiamentos, sendo apenas numa divisa, comportam um elevado risco cambial, esta alternativa mostra reduzido interesse para o futuro, a menos que, através do seguro de crédito à exportação dos fornecedores seja possível evitar o

sobrecusto de garantias bancárias normalmente exigidas.

O financiamento bancário tem sido normalmente negociado em duas tranches, sendo a principal de Médio/Longo Prazo ajustada à vida previsível do projecto. A segunda tranche é negociada em regime de conta corrente de curto prazo, renovável, permitindo um ajustamento dos fluxos de tesouraria irregulares e de periodicidade mensal, com as amortizações e juros de ocorrência trimestral ou semestral, permitindo assim reduzir a dívida total à medida que vão sendo efectivamente recebidos os pagamentos dos clientes. Atendendo à redução das taxas de juro no mercado interno, o financiamento externo, mesmo em multdivisas e com o Euro-PTE incluído no cabaz permitindo reduzir significativamente o risco cambial, tem perdido grande parte do seu interesse.

Financiamento global

Nos projectos em fase de gestão, apenas num foi utilizado o financiamento pelo fornecedor, em GBP, sendo no fim do exercício o montante por amortizar de reduzido valor e terminando em Maio de 1995 a sua amortização.

Em dois outros contratos foram efectuados contratos de financiamento em multdivisas, mas dado que o cabaz de divisas contemplava como opção o Euro-PTE, os mesmos foram, desde o exercício anterior, convertidos em PTE, pelo que o risco cambial não os afectou durante este exercício.

Atendendo à realização de dois novos contratos durante o exercício com a entrada de consequentes novos financiamentos, a evolução global dos financiamentos de acordo com a sua natureza de Curto e Médio Prazo foi a seguinte:

	Saldo em 93.12.31	Movimentos em 1994		Saldo em 94.12.31	%
		Utilizações	Reembolsos		
Mercado interno					
Curto Prazo	273 000	148 000		421 000	18.46
Médio/Longo Prazo	1 009 806	950 000	149 199	1 810 607	79.39
Soma Merc. interno	1 282 806	1 098 000	149 199	2 231 607	97.85
Mercado externo					
Médio/Longo Prazo	154 784		105 778	49 006	2.15
Total	1 437 590	1 098 000	254 977	2 280 613	100.00

Investimento

Investimentos no exercício

Os investimentos realizados no exercício foram associados aos dois novos projectos de cogeração contratados com a CIRES, Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S.A. e com JOSÉ MACHADO DE ALMEIDA, LDA. para a sua fábrica de Paderne. As imobilizações no exercício ligados aos dois projectos atingiram durante o exercício o valor de 904 218 contos.

Evolução do investimento em projectos

A evolução do investimento nos últimos quatro anos, evidenciada no quadro a seguir, mostra a retoma dos investimentos em projectos, depois da redução verificada em 1993.

	Valores em contos
1991	170 247
1992	1 054 473
1993	455 316
1994	904 218

Realização económica e financeira

Exercício de 1994

Na sequência das diligências iniciadas no exercício anterior foi finalmente possível ini-

ciar a recuperação do Imposto sobre Produtos Petrolíferos, a partir de Junho no Projecto de MONTEIRO, RIBAS – Indústrias, S.A. e a partir de Julho no Projecto da METAL PORTUGUESA, S.A., não tendo sido possível iniciar a recuperação desse imposto durante o exercício de 1994 nos Projectos de JOSÉ MACHADO DE ALMEIDA, LDA. e CIRES, Companhia Industrial de Resinas Sintéticas S.A. Já no decurso do exercício de 1995, foi possível iniciar em 22 de Fevereiro a recuperação desse imposto no Projecto de JOSÉ MACHADO DE ALMEIDA, LDA., prevendo-se que a recuperação no Projecto da CIRES, Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, apenas venha a ter lugar no decurso do 2.º semestre do exercício de 1995. Devido ao atraso na aprovação da recuperação do ISP, os projectos em exploração foram afectados desfavoravelmente em 70 312 contos de poupanças adicionais, o que se teria traduzido numa significativa redução dos montantes em dívida dos vários projectos, com a conseqüente redução dos encargos financeiros e com uma significativa melhoria dos resultados do exercício.

A evolução de descida das tarifas eléctricas, não acompanhada por uma evolução semelhante dos preços dos combustíveis, mostrou-se desfavorável para a recuperação

dos projectos, nos quais no entanto e apenas com a excepção do projecto da METAL PORTUGUESA, S.A. um razoável funcionamento dos grupos permitiu manter uma previsão de recuperação dos investimentos dentro dos prazos contratuais.

O projecto da METAL PORTUGUESA, S.A. continuou, ao contrário, a mostrar deficiências de funcionamento que não foi possível regularizar durante o exercício, não obstante as diligências e acções efectuadas junto do fornecedor e que afectaram significativamente os resultados do exercício. Prevê-se, no entanto que, na sequência das acções efectuadas, tenha lugar no início do mês de Abril uma revisão que se espera resolva uma parte importante das causas que estiveram na origem dos maus resultados verificados até ao presente.

Não obstante as dificuldades verificadas, o Conselho de Administração regista que o resultado corrente do exercício se saldou num valor de 25 528 contos, valor que, por efeito dos resultados extraordinários se transforma num lucro antes de impostos de 17 075 contos e 11 951 contos depois de impostos.

Perspectivas para 1995

Não tendo sido concretizada durante o exercício a legislação sobre Cogeração na Indústria, prevê-se que a mesma possa entrar em vigor no decurso do 1.º semestre do corrente ano, o que poderá facilitar a decisão em alguns dos casos pendentes e abrir novas perspectivas para outros tipos de Projectos, permitindo manter ou mesmo melhorar o ritmo das realizações.

A empresa tem continuado a encontrar da parte dos melhores grupos industriais a abertura para a realização de novos contratos de financiamento, sendo previsível, caso seja mantida uma adequada cobertura financeira, a possibilidade de se conseguir

concretizar em 1995 a celebração de dois contratos de montante análogo ao do contrato da JOSÉ MACHADO DE ALMEIDA, LDA., actualmente em curso de realização. A sua concretização, em conjunto com os resultados da exploração dos contratos já em fase de gestão permite prever, no exercício em curso, a obtenção de resultados mais adequados ao volume de investimentos e à qualidade dos projectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso do exercício em apreciação não houve aquisição de acções próprias, não detendo a Sociedade aliás quaisquer acções próprias. Todas as acções se mantêm na posse dos accionistas fundadores EDP, Electricidade de Portugal, S.A.; PETROGAL, Petróleos de Portugal, S.A.; Companhia de Seguros BONANÇA, S.A.; CISF – Risco, Companhia de Capital de Risco, S.A.; PRO-TERMIA, Projectos Térmicos Industriais e de Ambiente, Lda. e ainda da ECONOLER DEVELOPMENT, S.A. e da CARBOL, Preparação e Distribuição de Carvões, Lda., que entraram para a Sociedade na sequência da Deliberação Social de 5 de Dezembro de 1990 e Assembleia Geral de 29 de Março de 1991.

Na conclusão do Relatório do Exercício de 1994 o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento e apreço pela dedicação e empenhamento que os colaboradores da Empresa demonstraram no desempenho das suas funções, essenciais aos resultados obtidos.

O Conselho de Administração manifesta o seu especial reconhecimento ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral pela prestimosa colaboração que têm vindo a prestar.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido verificado no exercício ascendeu a 11 951 000\$00.

O Conselho de Administração propõe que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal.....	598 000\$00
Para Reservas Livres	7 218 000\$00
Para Resultados Transitados..	4 135 000\$00

Porto, 24 de Fevereiro de 1995

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. José António de Matos Taborda Farinha
– Presidente

Eng.º Luís Gonzaga Azevedo de Carvalho
– Administrador Delegado

Eng.º José Nuno Vasconcelos Casaes Ribeiro
– Vogal

Mr. Thomas François Hervé Spitaels
– Vogal

Eng.º Joaquim José Henriques Lopes de Carvalho – Vogal



BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

ACTIVO		Exercícios			
		1994			1993
Notas		AB	A/P	AL	AL
IMOBILIZADO					
03.a/10	Imobilizações Incorpóreas:				
	Despesas de Instalação	12 404	7 797	4 607	7 088
	Despesas de Invest. e Desenvolv.	0	0		
	Propriedade Indust. e Outros Direitos	40 000	26 667	13 333	20 000
		<u>52 404</u>	<u>34 464</u>	<u>17 940</u>	<u>27 088</u>
03.b/10.	Imobilizações Corpóreas:				
	Edifícios e Outras Construções	32 421	4 861	27 560	29 180
14.	Equipamento Básico	1 836 728	675 288	1 161 440	899 434
	Equipamento Transporte	11 620	4 537	7 083	0
	Equipamento Administrativo	3 562	1 279	2 283	2 317
	Outras Imobilizações Corpóreas	0			
	Imobilizações em Curso	202 569	0	202 569	0
		<u>2 086 900</u>	<u>685 965</u>	<u>1 400 935</u>	<u>930 931</u>
CIRCULANTE					
02.	Produtos e Trabalhos em Curso	0		0	329 939
Dívidas de Terceiros Médio/Longo Prazo:					
02./48.f	Clientes Projectos em Gestão	191 100		191 100	
		<u>191 100</u>		<u>191 100</u>	
Dívidas de Terceiros Curto Prazo:					
	Clientes				530 301
02.	Clientes C/C	88 802		88 802	
02./48.f.	Clientes Projectos em Gestão	119 625		119 625	
	Estado	114 645		114 645	2 423
	Outros Devedores	1 851		1 851	2 673
		<u>324 923</u>		<u>324 923</u>	<u>535 397</u>
Títulos Negociáveis:					
	Outras Aplicações Tesouraria	0		0	0
		<u>0</u>		<u>0</u>	<u>0</u>
Depósitos Bancários e Caixa:					
	Depósitos Bancários	1 679		1 679	8 988
	Caixa	72		72	96
		<u>1 751</u>		<u>1 751</u>	<u>9 084</u>
48.b	Acréscimos e proveitos	991 164		991 164	278
48.c.	Custos diferidos	163 626		163 626	43 982
		<u>1 154 790</u>		<u>1 154 790</u>	<u>44 260</u>
Total de amortizações			740 429		
TOTAL DO ACTIVO		3 811 868	720 429	3 091 439	1 876 699

O Técnico de Contas

Victor Manuel Ferreira Moutinho

Unidade: Milhares de Escudos		
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Notas	Exercícios	
	1994	1993
CAPITAL PRÓPRIO		
36./37./40.	Capital	180 000
	Reserva de reavaliação	0
	Reservas:	
	Reservas legais	0
	Reservas livres	0
40.	Resultados Transitados	(4 135)
	Resultado líquido do exercício	8 496
		<u>187 816</u>
		<u>175 865</u>
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
Prov. nos termos art.º 33 do CCI		
Dívidas a Terceiros M/Longo Prazo:		
02.	Clientes e Projectos em Gestão	133 225
29./48.a.	Dívidas a Inst. de Crédito	1 393 584
	Fornecedores Imobilizado – Títulos a pagar	0
02.	Outros Credores	170 087
		<u>1 696 896</u>
		<u>1 061 282</u>
Dívidas a Terceiros – Curto Prazo:		
48.a.	Dívidas a Inst. de Crédito	838 023
	Adiantamentos Clientes	0
	Fornecedores	2 872
	Fornecedores Imobilizado – C/C	7 964
	Fornecedores Imobilizado – Títulos a pagar	48 976
	Estado e Entes Públicos	9 941
	(Restantes) Accionistas	0
	Outros Credores	6 498
		<u>914 274</u>
		<u>442 569</u>
	Acréscimos de Custos	49 387
48.d.	Proveitos Diferidos	243 066
		<u>292 453</u>
		<u>196 983</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>3 091 439</u>
		<u>1 876 699</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António de Matos Taborda Farinha – Presidente
Luís Gonzaga Azevedo de Carvalho – Administrador Delegado
José Nuno Vasconcelos Casas Ribeiro – Vogal
Mr. Thomas François Hervé Spitaels – Vogal
Joaquim José Henriques Lopes de Carvalho – Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

Notas	Exercícios			
	1994		1993	
	Custos das Merc. Vend. e das Mat. Consumidas			
	Fornecimentos e Serviços Externos:			
		17 235	69 458	
		46 994	64 229	112 553
			43 095	
	Custos com o Pessoal			
43.	Remunerações	30 048	32 368	
	Encargos Sociais:			
	Outros	8 178	6 305	38 673
10.	Amortizações do Imob. Corpóreo e Incorpóreo	453 786	224 234	
	Provisões	0	0	224 234
	Impostos	903	8	
	Outros Custos Operacionais	8 034	8 937	3 551
	(A) - CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		565 178	379 019
45.	Outros Juros e Custos Similares	241 214	241 214	185 113
	(C) - CUSTOS E PERDAS CORRENTES		806 392	564 132
46.	Custos e Perdas Extraordinárias	8 908	8 908	26 959
	(E) - CUSTOS E PERDAS DO EXERCÍCIO		815 300	591 091
	Imposto s/Rendimento		5 124	0
	(G) - CUSTOS TOTAIS		820 424	591 091
	Resultado Líquido		11 951	8 496
	TOTAL		832 375	599 587

RESUMO:

Resultados Operacionais: (B) - (A) =

Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A) =

Resultados Correntes: (D) - (C) =

Resultados Antes dos Impostos: (F) - (E) =

Resultados Líquidos do Exercício: (F) - (G) =

O Técnico de Contas

Victor Manuel Ferreira Moutinho

Unidade: Milhares de Escudos

		PROVEITOS E GANHOS			
		Exercícios			
Notas		1994		1993	
	Vendas	0		0	
02/44.	Prestação de serviços	33 348	33 348	590 546	590 546
02.	Variação de Produção		0		(283 604)
02.	Proveitos Suplementares	441 264			
	Trabalhos para a Própria Empresa	56 281		35 580	
	Outros Proveitos Operacionais	<u>0</u>	497 545	<u>1 267</u>	36 847
	(B) – PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS		530 893		343 789
45.	Outros Juros e Proveitos Similares	<u>301 027</u>	301 027	<u>242 277</u>	242 277
	(D) – PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		831 920		586 066
46.	Proveitos Extraordinários	<u>455</u>	455	<u>13 521</u>	13 521
	(F) – PROVEITOS TOTAIS		832 375		599 587
			(34 285)		(35 230)
			59 813		57 164
			25 528		21 934
			17 075		8 496
			11 951		8 496

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António de Matos Taborda Farinha – Presidente
Luís Gonzaga Azevedo de Carvalho – Administrador Delegado
José Nuno Vasconcelos Casares Ribeiro – Vogal
Mr. Thomas François Hervé Spitaels – Vogal
Joaquim José Henriques Lopes de Carvalho – Vogal

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 94.12.31

01 – Nota introdutória

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra excluída deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

(Montantes expressos em milhares de escudos)

02 – Demonstrações financeiras

No exercício de 1994 procedeu-se a diversas alterações no modo de contabilização dos projectos, no sentido de evidenciar uma imagem mais fiel e verdadeira da actividade da empresa. Resultante deste facto as diversas rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados não são comparáveis com o exercício anterior.

Se em 1993 se utilizasse o método de contabilização utilizado em 1994 as rubricas alteradas evidenciarão os seguintes valores:

	Método 1994	Método 1993
Outros Credores M/L Prazo	46 296	–
Varição de Produção	–	(283 604)
Acréscimos de Proveitos	482 458	278
Prestações de Serviços	78 348	590 546
Custos Diferidos	148 231	43 981
Proveitos Suplementares	222 969	–
Produtos e Trabalhos em Curso	–	329 939
Proveitos Diferidos	192 454	158 414
Clientes	–	530 301
Clientes C/C	67 780	
Clientes Projectos em Gestão:		
Activo / curto prazo	100 410	–
Activo / médio e longo prazo	314 131	–
Passivo / médio e longo prazo	133 225	–

Em 1994 alterou-se ainda o modo de contabilização dos bens adquiridos em regime de Locação Financeira, de modo a dar cumprimento à Directriz Contabilística n.º 10/92, sendo o seu efeito quantificado na Nota 10.

03 – Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade. Assim, foram preparadas segundo a convenção do custo

histórico e na base da continuidade das operações em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As Imobilizações Incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição.

Amortização

– Despesas de instalação:

A Sociedade amortiza estas despesas segundo o método das quotas constantes a uma taxa equivalente a um período de amortização de cinco anos, numa base anual.

– Propriedade industrial:

A Sociedade amortiza estas despesas, segundo o método das quotas constantes a uma taxa equivalente a um período de amortização de seis anos numa base anual.

b) Imobilizações Corpóreas

– Equipamento administrativo:

Encontra-se registado ao custo de aquisição.

Amortização

A Sociedade amortiza estas despesas segundo o método das quotas constantes, taxas máximas e numa base anual.

– Edifícios e outras construções:

Encontram-se registados ao custo da aquisição.

Amortização

A Sociedade amortiza estas despesas segundo o método das quotas constantes, taxas máximas e numa base anual.

– Equipamento básico:

Encontra-se registado ao custo de aquisição, acrescido das despesas administrativas imputadas desde a data de aquisição do equipamento até à data de início de Exploração do Projecto Metal Portuguesa (Novembro/91), do Projecto José Machado de Almeida (Outubro/93) e do Projecto Cires (Agosto/94).

Amortização

A Sociedade amortiza estas despesas segundo o método das quotas degressivas aceleradas por duodécimos, equivalente a um período de amortização de 8 anos, o qual é reduzido a cinco anos pelo facto de se utilizar o regime intensivo de amortizações; sendo este período equivalente ao período de duração dos respectivos contratos.

d) Acréscimos e Diferimentos

A Sociedade releva os Custos e Proveitos no período em que ocorrem, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

e) Saldos expressos em moeda estrangeira

Todos os Activos e Passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Escudos utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 1994.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data de constituição da dívida e na data do Balanço, são registadas a crédito ou a débito na rubrica Clientes Projectos em Gestão, em virtude das diferenças cambiais constituírem um proveito ou um custo para os Clientes da sociedade.

04 – Cotações utilizadas

As cotações de câmbio utilizadas para a conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data de Balanço foram as seguintes:

FRF	29.846
CHF	121.603
DEM	102.912
GBF	249.377
BEF	50.072

07 – Número médio de pessoal

O número médio de pessoal foi o seguinte:

	1994	1993
Empregados	4	4
Assalariados	–	–

10 – Movimento do activo immobilizado

Durante o exercício, o movimento ocorrido de custo das Imobilizações Incorpóreas, Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Rubricas	Activo Bruto			Saldo final
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências e abates	
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação:				
• Despesas de constituição e aumento de capital	6 081	–	–	6 081
• Estudos e projectos	6 323	–	–	6 323
Despesas investigação e desenvolvimento	–	–	–	–
Prop. industrial e outros direitos	40 000	–	–	40 000
Trespases	–	–	–	–
Adiantamentos por conta de imobilizações em curso				
Sub-Total	52 404	–	–	52 404

Rubricas	Activo Bruto			
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	32 421	-	-	32 421
Equipamento básico	1 135 079	701 649	-	1 836 728
Equipamento de transporte	-	11 620	-	11 620
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3 127	435	-	3 562
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-
Imobilizações em curso	-	202 569	-	202 569
Adiantamento por conta De imobilizações corpóreas	-	-	-	-
Sub-Total	1 170 627	916 273	-	2 086 900
Investimentos Financeiros:				
Empresas do grupo	-	-	-	-
Sub Total	-	-	-	-
Total	1 170 627	916 273	-	2 086 900

A coluna de Aumento de Equipamento de Transporte inclui 11 620 milhares escudos resultantes da alteração do método de contabilização da Locação Financeira, conforme referido na Nota 2.

Rúbricas	Reintegrações e Amortizações			
	Saldo Inicial	Amortização exercício	Regularizações	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação:				
• Despesas de constituição e aumento de capital	4 051	1 216	-	5 267
Estudos e projectos	1 265	1 265	-	2 530
Despesas investigação e desenvolvimento	-	-	-	-
Propriedade Industrial e outros direitos	20 001	6 666	-	26 667
Trespases	-	-	-	-
Total	25 317	9 147	-	34 464
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	3 240	1 621	-	4 861
Equipamento básico	235 645	439 643	-	675 288
Equipamento de transporte	-	2 904	1 633	4 537
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-
Equipamento administrativo	809	470	-	1 279
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-
Total	239 694	444 638	1 633	685 965

14 – Imobilizações corpóreas e em curso

A sociedade em 31 de Dezembro de 1994, possuía Imobilizações Corpóreas implantadas em propriedade alheia no montante líquido de 1 161 440 milhares de escudos.

16 – Firma e sede da empresa que prepara as demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras da Sociedade integram as Demonstrações Financeiras consolidadas da EDP-Electricidade de Portugal, S.A., com sede em Lisboa.

25 – Dívidas activas e passivas com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 1994 e 1993, a sociedade tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

	<u>1994</u>	<u>1993</u>
Dívidas Activas	1 037	2 322
Dívidas Passivas	458	5 971

29 – Dívidas a mais de 5 anos

O valor das dívidas a mais de 5 anos ascendem a 40 000 milhares de escudos e encontram-se registadas em Dívidas a Instituições de Crédito médio e longo prazo.

32 – Responsabilidades por garantias prestadas

A sociedade em 31 de Dezembro de 1994, possuía responsabilidades por garantias bancárias prestadas a favor do SIVA, no montante de 114 646 milhares de escudos.

36 – Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal

O Capital Social divide-se em 180 000 acções não preferenciais com o valor nominal de 1 milhar de escudos cada e encontra-se integralmente realizado em 31 de Dezembro de 1994.

Em 31 de Dezembro de 1994, o capital da sociedade tinha a seguinte composição:

Accionistas	Capital
• EDP, Electricidade de Portugal, S.A.	90 300
• PETROGAL, Petróleos de Portugal, S.A.	30 300
• CISP – Risco, Companhia de Capital de Risco, S.A.	12 900
• Companhia de Seguros BONANÇA, S.A.	12 900
• PROTERMIA, Projectos Térmicos Industriais e de Ambiente, Lda.	3 300
• ECONOLER DEVELOPMENT, S.A.	15 150
• CARBOL, Preparação e Distribuição de Carvões, Lda.	15 150
TOTAL	180 000

37 – Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito e realizado

As pessoas colectivas que detêm mais de 20% do capital subscrito e realizado em 31 de Dezembro de 1994 e 1993, são:

<u>Accionista</u>	<u>1994</u>	<u>1993</u>
EDP, Electricidade de Portugal, S.A.	50.167%	50.167%

40 – Variação de outras contas de capital próprio

O único movimento ocorrido na rubrica de Capitais Próprios refere-se à aplicação dos resultados de 1993 no valor de 8 496 milhares de escudos transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

43 – Remunerações dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais nos exercícios de 1994 e 1993 foram as seguintes:

	<u>1994</u>	<u>1993</u>
Conselho de Administração	11 917	15 917
Conselho Fiscal	1 450	1 428
Assembleia Geral	58	58

44 – Prestações de serviço por mercados

As prestações de serviços realizadas nos exercícios de 1994 e 1993 distribuem-se da seguinte forma:

	<u>1994</u>	<u>1993</u>
Mercado Interno	33 348	590 546
Mercado externo	–	–

A diminuição significativa de Prestações de Serviços é resultante da alteração do método de contabilização conforme referido na Nota 2.

45 – Demonstrações de resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	1994	1993
CUSTOS E PERDAS		
Juros suportados	233 062	175 102
Diferenças de câmbio desfavoráveis	150	792
Descontos pronto pagamento concedidos	–	–
Outros custos e perdas financeiras	8002	9 219
Resultados financeiros	59 813	57 164
Sub-Total	301 027	242 277
PROVEITOS E GANHOS		
Juros obtidos	186	1 978
Rendimentos de participações	–	–
Diferenças de câmbio favoráveis	22	231
Descontos pronto pagamento obtidos	11	56
Outros proveitos e ganhos financeiros	300 808	240 012
Sub-Total	301 027	242 277

46 – Demonstrações resultados extraordinários

	1994	1993
CUSTOS E PERDAS		
Correcções relativas a exercícios anteriores	8 905	26 959
Outros custos e perdas extraordinárias	3	–
Resultados extraordinários	(8 453)	(13 438)
Sub-Total	455	13 521
PROVEITOS E GANHOS		
Correcções relativas a exercícios anteriores	–	–
Sub-Total	455	13 521

48 – Outras informações

a) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de Dezembro de 1994 e 1993 têm a seguinte composição:

CURTO PRAZO		
Empréstimos em escudos:		
Banco Comercial Português	444 801	179 000
Banco Bilbao Vizcaya	147 000	94 000
Banco Português Investimento	196 222	–
Cisf, S.A.	50 000	–
Total a curto prazo	838 023	273 000
MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos em moeda estrangeira:		
Banco Comercial Português	408 806	709 806
Empréstimos em escudos:		
Banco Comercial Português	87 000	150 000
Cisf, S.A.	70 000	150 000
Banco Bilbao Vizcaya	50 000	–
Banco Português Investimento	777 778	–
Total a médio e longo prazo	1 393 584	1 009 806

b) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Juros e receber	–	55
Outros:		223
Benefício diferido	201 706	
Proveitos suplementares	680 149	
Juros intercalares	109 308	
Sub-Total	991 163	278

O valor relativo a Proveitos Suplementares é utilizado como contrapartida do valor das Amortizações dos respectivos projectos, sendo regularizada no final do contrato por

contrapartida das Amortizações Acumuladas do Equipamento Básico e do Edifício no que respeita ao Projecto Metal.

O Benefício Diferido e os Juros Intercalares são os valores calculados durante a fase de realização dos projectos e serão recuperados dos clientes durante o seu período de gestão, tendo o primeiro como contrapartida a rubrica de Proveitos Diferidos e o segundo a rubrica de Proveitos Financeiros.

c) Custos diferidos

Esta rubrica é composta pelos seguintes itens:

	1994	1993
Seguro caução	56 879	43 679
Outros seguros	177	302
Diferenças câmbio desfavoráveis	106 570	—
Total	163 626	43 981

As diferenças de câmbio desfavoráveis relacionam-se com a actualização dos financiamentos em divisas e serão recuperadas dos clientes durante o período de duração dos projectos.

d) Proveitos diferidos

Esta rubrica inclui o seguinte:

	1994	1993
Proveitos diferidos	201 093	158 414
Diferenças câmbio favoráveis	41 973	—
Total	243 066	158 414

As diferenças de câmbio favoráveis relacionam-se como referido na alínea c) e têm o mesmo tratamento.

e) Outros credores médio e longo prazo

Esta rubrica inclui a recuperação dos projectos já efectuada dos clientes, sendo anulada no final do contrato por compensação com a rubrica de Equipamento Básico.

f) Clientes projectos em gestão

Esta rubrica inclui a recuperação do Projecto já efectuado pelo Cliente Monteiro Ribas em que houve transferência da Propriedade dos Equipamentos no início da sua Fase de Gestão.

Esta rubrica releva ainda os subsídios líquidos recebidos pela Econoler os quais serão deduzidos na conta corrente do Cliente no final dos contratos.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Examinámos as Demonstrações Financeiras da ECONOLER-Sociedade de Eficiência Energética, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados. Estas Demonstrações Financeiras evidenciam um total de Balanço de 3 091 439 contos e um total de Capital Próprio de 187 816 contos, incluindo um Resultado Líquido de 11 951 contos.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados.

É também responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a implementação e a manutenção de um sistema de Controlo Interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

ÂMBITO

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas da Câmaras dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras não contêm distorções relevantes. O referido exame inclui (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte dos valores constantes das Demonstrações

Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras, (ii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iii) a apreciação de ser adequada a apresentação das Demonstrações Financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas Demonstrações Financeiras.

OPINIÃO

Em nossa opinião as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ECONOLER-Sociedade de Eficiência Energética, S.A., em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites aplicando os critérios e políticas descritos nas notas respectivas.

ÊNFASE

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as alterações das políticas contabilísticas descritas na Nota 2, do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Porto, 27 de Fevereiro de 1995

BERNARDES, SISMEIRO & ASSOCIADOS, SROC

representada por: MANUEL HELENO SISMEIRO, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da ECONOLER - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1994.

No decurso do exercício acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística não tendo tomado conhecimento de qualquer violação à lei ou contrato de sociedade.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela BERNARDES, SISMEIRO ASSOCIADOS, SROC, e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordámos.

Tomamos também conhecimento do teor do Relatório sobre a Fiscalização endereçado por aquela sociedade ao Conselho de Administração nos termos do Artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- (a) O Balanço, a Demonstração dos Resultados e o respectivo Anexo foram preparados de acordo com as disposições legais;

(b) As políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados são adequados;

(c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

(d) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- (i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
 (ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
 (iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 27 de Fevereiro de 1995

O Presidente do Conselho Fiscal

PAULO AZEVEDO PEREIRA DA SILVA

Vogal

PEDRO TORRES CASTRO ALMEIDA

O Vogal, Revisor Oficial de Contas

BERNARDES, SISMEIRO & ASSOCIADOS, SROC

MANUEL HELENO SISMEIRO, ROC

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA
GERAL DE ACCIONISTAS DA ECONOLER-
- SOCIEDADE DE EFICIÊNCIA ENERGÉ-
TICA, S.A., REALIZADA EM 21 DE MARÇO
DE 1995.**

Acta Número Sete

«(...)

reuniu a Assembleia Geral Ordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 1994.

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de Aplicação de Resultados. (...)

«(...)

passou-se à votação do ponto Um, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida foi posta à apreciação a proposta de Aplicação de Resultados, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade no sentido de o resultado positivo de 11 951 000\$00, ser assim afectado:

- Reserva legal 598 000\$00
(quinhentos e noventa oito mil escudos)
- Reservas livres 7 218 000\$00
(sete milhões duzentos dezoito mil escudos)
- Resultados Transitados 4 135 000\$00
(quatro milhões cento trinta cinco mil escudos)
(...)



Edição:
ECONOLER - Sociedade de Eficiência Energética
Rua Guerra Junqueiro, 495 - Sala 1 - 4150 Porto

Coordenação gráfica: Ribeiro dos Reis

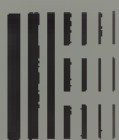
Fotografia: Proficolor

Impressão: Gráfica Maifadouro, S.A.

Tiragem: 650 exemplares

Depósito Legal n.º 90615/95

Julho de 1995



ECONOLER

Sociedade de Eficiência Energética

*Sede Social: Rua Guerra Junqueiro, 495 - Sala 1 - 4150 PORTO
Telef. (02) 600 95 16 - Fax (02) 600 95 19*